

# Os desafios do Processo Administrativo Tributário

NO ÂMBITO FEDERAL

**Novembro de 2015**

# Agenda

---

- Procedimentos Fiscais
- Fluxo do Processo Administrativo Tributário Federal
- CARF
- “Novo CARF”
- Reflexões
- Novo CPC

# Procedimentos Fiscais

---

- Usualmente, os procedimentos fiscais são iniciados das seguintes formas:

**Notificações eletrônicas, normalmente geradas pelo cruzamento das obrigações acessórias entregues pelos contribuintes**



**Fiscalização *in loco*.**



# Resultados da Fiscalização de 2014 - SRF

- 365.832 procedimentos de fiscalização:

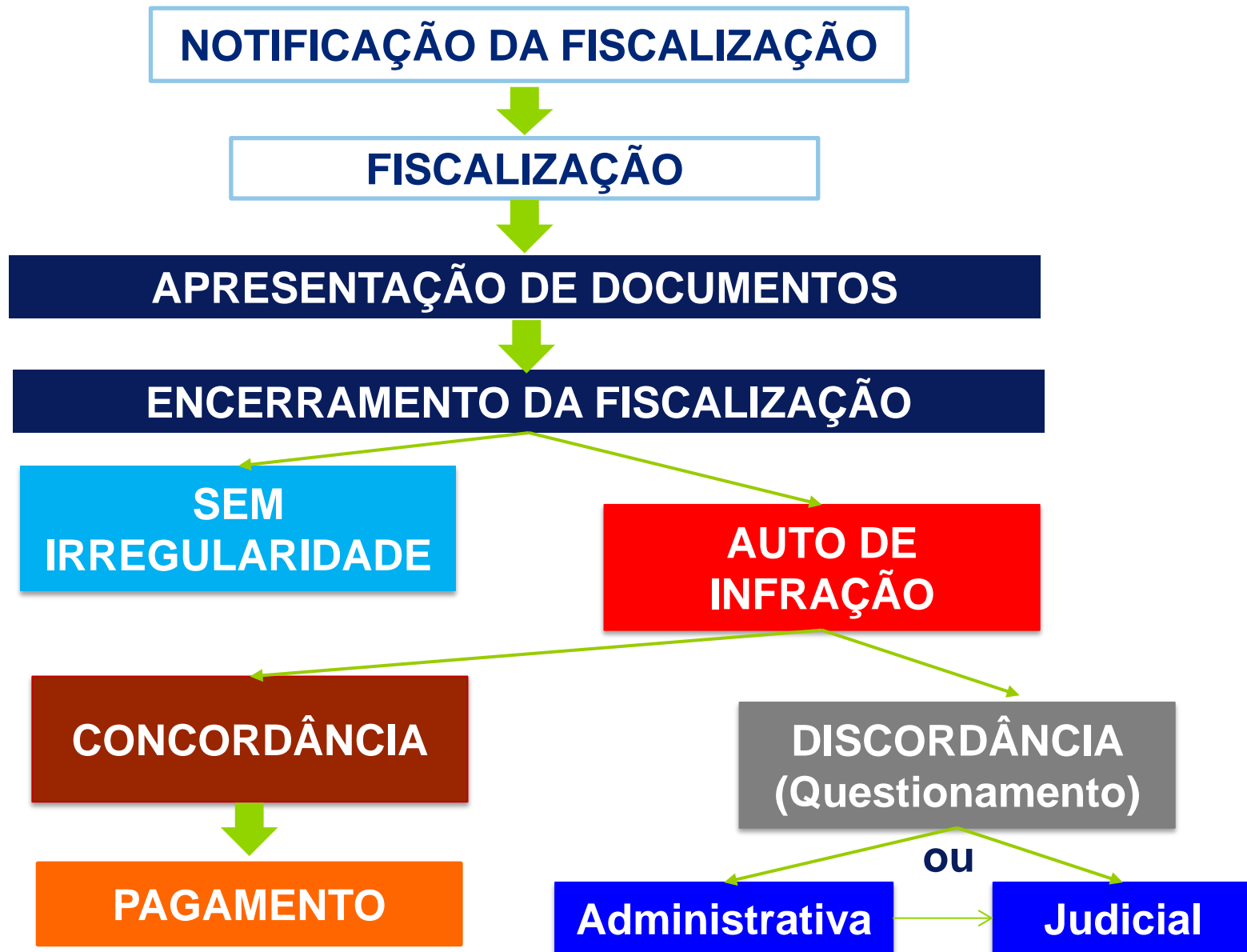


- Total de crédito tributário lançado: **R\$ 150,5 bilhões** – segundo maior resultado histórico.

Fonte: site RFB

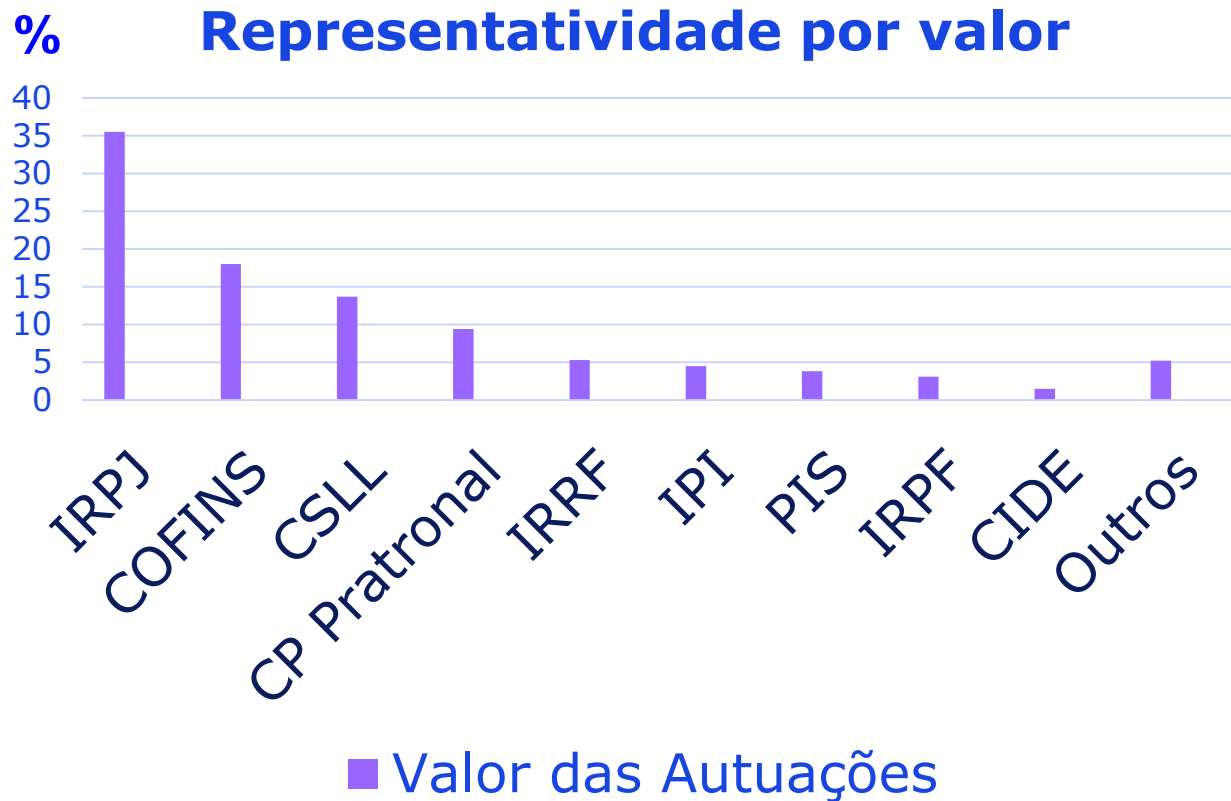
# Ciclo dos Procedimentos Fiscais

Duração: Variável



# Fiscalização de Tributos - SRF

- Tributos com maior representatividade nas autuações em 2014:

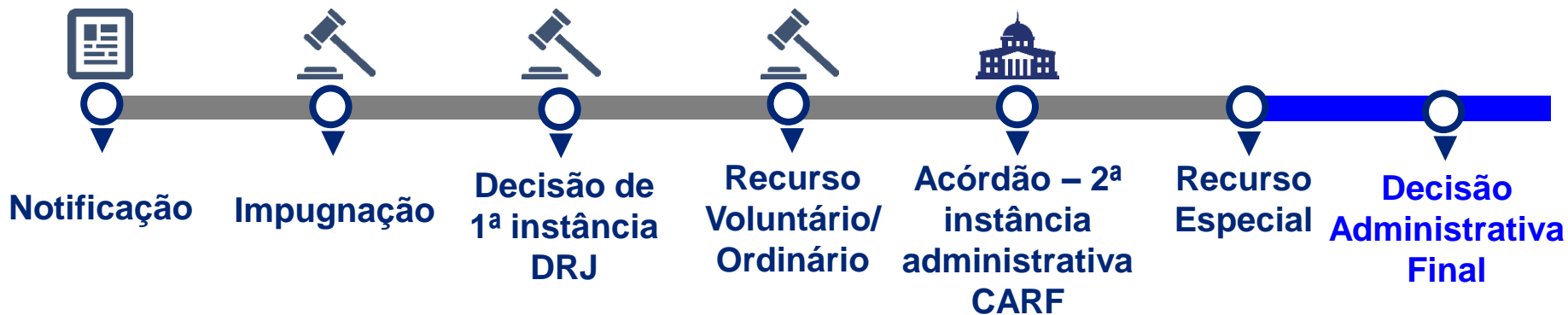


Fonte: site RFB

# Fluxo do Processo Administrativo Tributário Federal

---

- Fluxo simplificado do andamento do processo tributário federal na esfera Administrativa:



## 2ª Instância Administrativa Federal - CARF

---

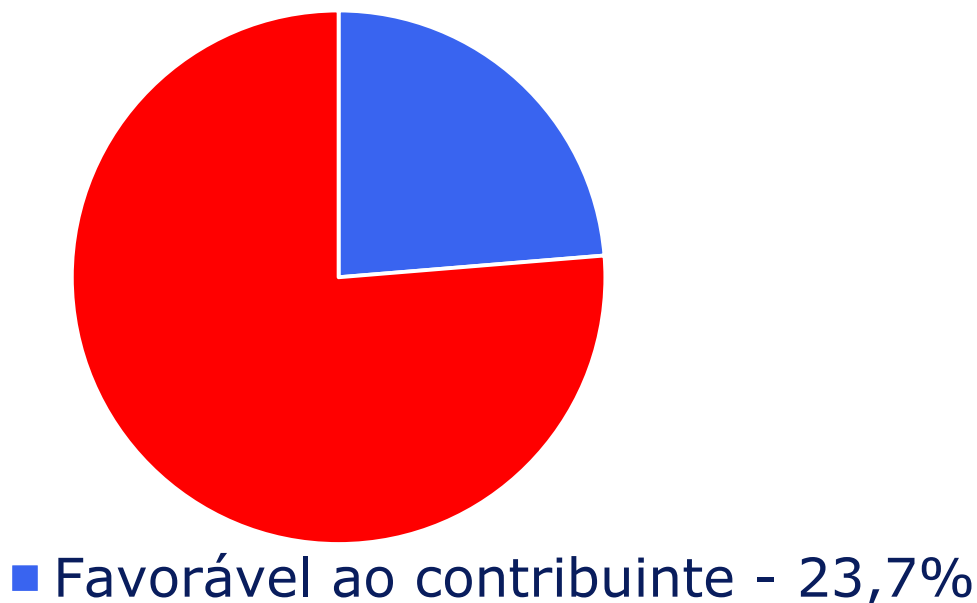
- O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda;
- Órgão **colegiado**: há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo, com o aproveitamento de **EXPERIÊNCIAS** diferenciadas.
- Órgão **paritário**: composto por representantes da Fazenda e dos contribuintes com o intuito de garantir julgamento **imparcial**, já que ambas as partes estão representadas de forma **EQUILIBRADA**.
- Tem por finalidade **JULGAR** matéria referente à legislação dos tributos administrados pela SRF em:
  - (i) recursos de ofício;
  - (ii) recursos voluntários de decisão de 1ª instância;
  - (iii) recursos especiais.



## Resultado dos Julgamentos do CARF - 2014

- Em termos de **VALORES GERAIS** das autuações efetuadas em 2010 e julgadas até 31.12.2014:

### Autuações



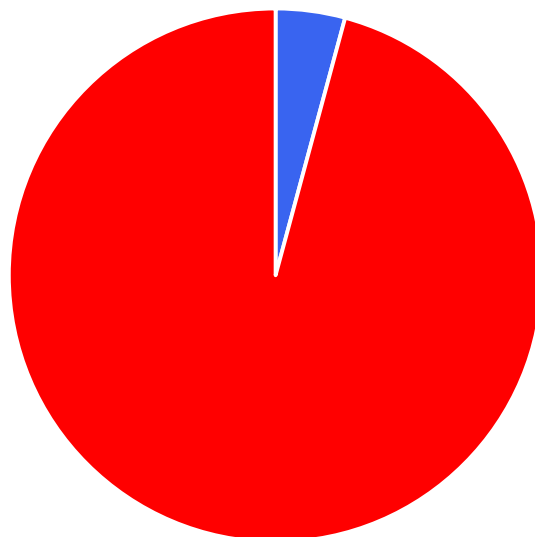
- Os grandes contribuintes participam em 71,6% das autuações.

Fonte: site RFB

## Resultado dos Julgamentos do CARF - 2014

- Em termos de **QUANTIDADE** de autuações efetuadas em 2010 e julgadas até 31.12.2014:

### Autuações



■ Favorável ao contribuinte - 4,2%

Fonte: site RFB

# Operações Zelotes

---

- A operação Zelotes foi deflagrada pela Polícia Federal em março de 2015. Suspeita-se que quadrilhas atuavam junto ao CARF revertendo autuações, e consequente favorecendo os contribuintes.
- 74 processos administrativos estão sendo questionados e somam R\$ 19 bilhões em valores devidos ao Fisco.
- A operação Zelotes culminou com a suspensão de todas as sessões do CARF.
- Foi aberta “Consulta Pública” para apresentação de propostas do novo Regimento Interno do CARF.
- A UNAFISCO (Associação dos Auditores) calcula em R\$ 30 bilhões a queda de arrecadação para o ano de 2015.

## Operações Zelotes – cont.

---

- Foi firmado Convênio entre o CARF e a RFB com o objetivo de estabelecer condições que possibilitem **a colaboração e o compartilhamento de sistemas e de aplicativos de interesse comum dos dois órgãos**, no âmbito do contencioso administrativo tributário federal.
- Foi instituído Comitê de Ética do CARF – “CE-CARF”.
- Em 09.06.2015 foi publicado o Novo Regimento Interno do CARF (Portaria MF nº 343).
- Novos conselheiros foram nomeados e treinamentos têm sido efetuados.
- Em 28.07.15 foi realizada sessão inaugural dos julgamentos do CARF. Entretanto, até o momento o CARF ainda não iniciou as suas atividades.

# Novo Regimento Interno do CARF

---

- Principais mudanças formais:
  - Redução do número de Conselheiros;
  - Redução das Turmas de julgamento (36 para 18);
  - Aumento do número de integrantes de Conselheiros por Turma (6 para 8);
  - Extinção das Turmas especiais;
  - Advogados que atuam no CARF foram proibidos de atuar na advocacia privada;
  - Redução do mandato do Conselheiro para 2 anos, admitida a recondução por até 6 anos;
  - Comitê de Seleção dos Conselheiros, no qual a OAB faz parte;
  - Medidas para agilizar os julgamentos.

# Reflexões

---

- Na prática a estrutura do órgão continua a mesma.
- Paridade formal? A paridade existente impede que haja equidade entre o Fisco e os contribuintes?
- Os Presidentes das Turmas permanecem indicados pelo Fisco.
- O voto de qualidade ainda é do Fisco.
- Experiência / mudança de perfil dos novos Conselheiros em matéria tributária.
- Enxugamento do órgão x celeridade nos julgamentos.

## Reflexões – cont.

---

- CARF órgão julgador e não arrecadador. Exerce atividade julgadora e deve julgar dentro dos limites da sua provocação.
- Exerce função jurisdicional atípica, com o intuito de filtrar o crédito tributário lançado e objeto de questionamento.
- Tendência de endurecimento dos novos julgamentos.
- O Judiciário está preparado para julgar os grandes temas tributários? As grandes questões ainda não foram apreciadas.
- Acesso ao Judiciário: apresentação de garantias?
- LEF não distingue os contribuintes e os créditos tributários.

## Reflexões – cont.

---

- Sob o pretexto da suposta “isonomia”, os grandes contribuintes acabam sendo prejudicados nesse contexto.
- Cenário das Execuções Fiscais – papel executivo? educador?
  - **80%** das Execuções Fiscais referem-se a **20%** dos créditos tributários exequendos.
  - **20%** das Execuções Fiscais referem-se a **80%** dos créditos tributários exequendos.
- Necessidade de segregação:
  - crédito tributário de grande valor (auto de infração);
  - crédito tributário de pequeno valor (declarados e não pagos)



## Reflexões – cont.

---

- Qual o verdadeiro papel do CARF?
- Reforma da LEF? Quais as propostas?
- Criação de um Tribunal Tributário especializado na esfera Judicial?
- Quais os impactos do novo CPC no processo tributário?
- Duas importantes diretrizes a serem cuidadosamente analisadas:
  - (i) Como o “novo” CARF irá atuar?
  - (ii) Como interpretar o novo CPC para fins tributários.

## Novo CPC - Aplicação

---

- Aplicação supletiva e subsidiária do CPC/15 no processo administrativo tributário:

*"Art. 13. **A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras**, ressalvadas as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.*

*"Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas **supletiva e subsidiariamente**". (destaques nossos)*

- Interpretação que processo administrativo é jurisdição, ou seja, aplica-se norma processual.

## Novo CPC – Aplicação – cont.

---

- Aplicação **SUPLETIVA**: é integrativa. Na ausência de determinada regra administrativa, aplica-se o CPC/15 no processo administrativo tributário.
- Aplicação **SUBSIDIÁRIA**: pressupõe possibilidade de enriquecimento. O CPC/15 poderá ser aplicado. Contudo, em que circunstâncias?
- Silêncio? Vincula Precedente?
- Plano Federal? Plano Estadual?

## Novo CPC – Outros Temas Relevantes

---

- Aplicação da Sistemática de **PRECEDENTES** em matéria tributária (art. 927 do CPC/15). Discussões dos casos paradigmas.
- Coerência e constância da jurisprudência – art. 926 do CPC/15.
- Decreto 70.235/72 (art. 26-A) e o Novo Regimento Interno do CARF (art. 62, §2º e 67, §12).
- Fundamentação das decisões (art. 489 do CPC/15).
- Ordem cronológica de julgamentos (art. 12 do CPC/15).
- Utilização dos negócios processuais (art. 190 do CPC/15).



“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente e legalmente separada. Acesse [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© 2014 Deloitte Touche Tohmatsu . Todos os direitos reservados.